

De Potencial a Ação: Omecs e Conservação Inclusiva no Brasil

Reservas Naturais Privadas Legado das Águas,
Reserva Natural Vale, e Parque das Neblinas

De Potencial a Ação: Omecs e Conservação Inclusiva no Brasil

Estudo de Caso No 6: Reservas Naturais Privadas Legado das Águas, Reserva Natural Vale e Parque das Neblinas

Autores: Cláudio C. Maretti, Osvaldo Barassi Gajardo, Rafaella Lobo e Pablo Pacheco

Agradecimentos: Alex Batka, Katie Foreman, Reservas Votorantim, comunidade Ribeirão da Anta, Vale, e Instituto Ecofuturo

Análise cartográfico: Milton Romero e Adriana Sarmiento, 4D Elements

Washington, DC
Dezembro de 2025

PREFÁCIO

Este estudo de caso faz parte de uma série de estudos desenvolvidos no âmbito de uma análise comparativa em seis países da América Latina, intitulada “Do Potencial à Ação: Omecs e Conservação Inclusiva na América Latina.” Entre seus objetivos, esse estudo comparativo analisa como a conservação fora das áreas protegidas tem sido implementada, examina o conjunto de iniciativas locais de conservação e discute o potencial da agenda OMEC para viabilizar uma conservação mais inclusiva e transformadora.

Cada estudo de caso foi selecionado por apresentar características únicas que ilustram a diversidade da conservação na região. Cada um deles traz lições importantes para compreender a conservação a partir de perspectivas e olhares locais, vinculados a diferentes contextos socioculturais e ambientais que definem distintas formas de relação com a natureza, de gestão territorial e de governança local, assim como diferentes visões e motivações de conservação.

Em conjunto, os estudos de caso mostram como povos indígenas, comunidades tradicionais, afrodescendentes e proprietários privados adotam iniciativas para manter e fortalecer a conservação e seus meios de vida, além de responder a pressões externas que os ameaçam. Da mesma forma, cada estudo de caso apresenta motivações e perspectivas relacionadas a situações locais específicas sobre quais ações são necessárias – tanto em nível nacional quanto local – para sustentar seus esforços de conservação a longo prazo.

Pablo Pacheco e Rafaella Lobo.

RESERVAS NATURAIS PRIVADAS LEGADO DAS ÁGUAS, RESERVA NATURAL VALE E PARQUE DAS NEBLINAS

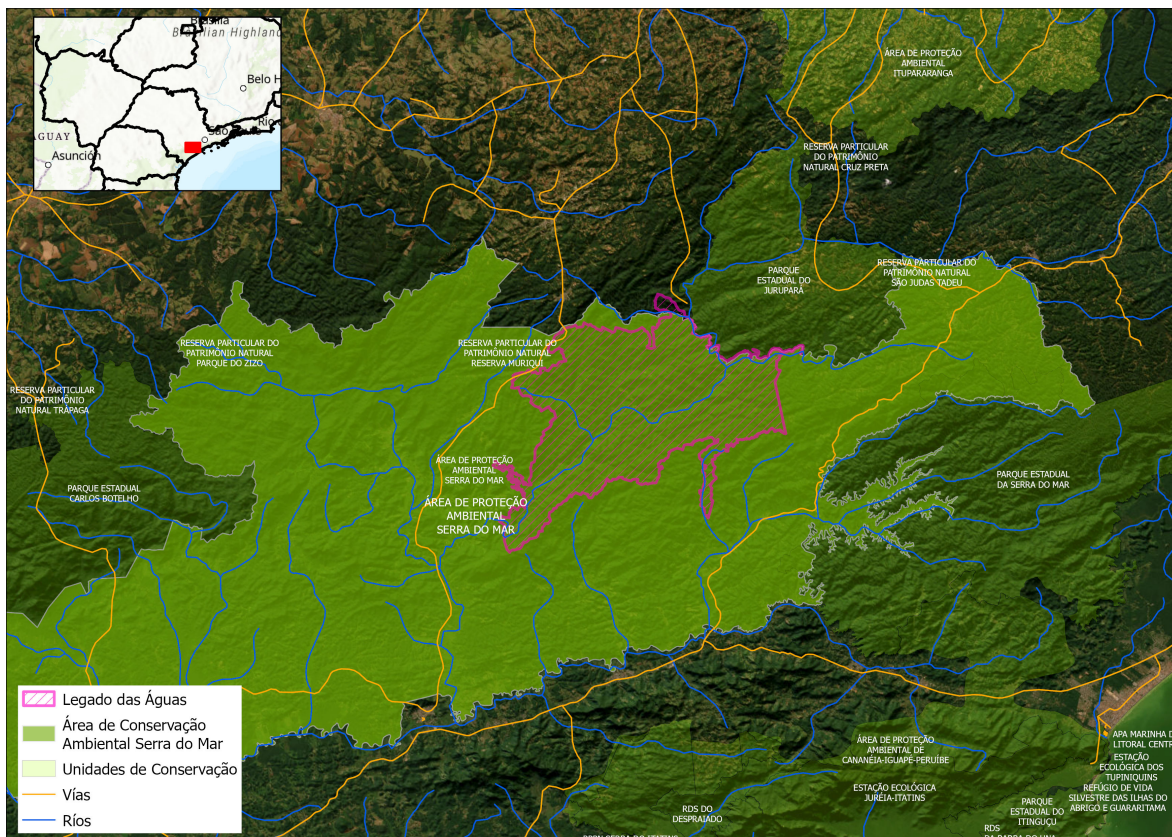
Legado das Águas, Reserva Natural Vale e o Parque das Neblinas são exemplos ilustrativos de reservas naturais privadas. O Legado das Águas, situada numa região de importante conservação, fortalece os esforços governamentais e complementa as ações comunitárias em uma das áreas conservadas mais importantes da Mata Atlântica, o Vale do Ribeira. Seu propósito foca na conservação da biodiversidade por meio de negócios econômicos, com êxito. A Reserva Natural Vale situa-se em região de baixada no estado do Espírito Santo, configurando-se em importante remanescente de suas formações vegetais, contribuindo com a representatividade da biodiversidade protegida. Também colabora com o fortalecimento da conservação em unidades de conservação vizinhas. Seu interesse consiste na produção de dormentes para estradas de ferro da companhia, mas evoluiu para um exemplo de conservação, integração regional e pesquisa. O Parque das Neblinas se situa em contexto similar ao Legado das Águas, ainda que em outra área, no Planalto Atlântico, estado de São Paulo. Em área originalmente planejada para a produção de fibras a partir de plantação de espécies exóticas de árvores, houve reconhecimento da importância da área para a biodiversidade e ajustes nos seus objetivos. Além de ser um exemplo em conservação e visitação, tem se destacado como modelo de recuperação assistida de ecossistemas florestais. As três reservas naturais privadas representam importantes exemplos de como o setor privado pode contribuir com a conservação da natureza.

CONTEXTO

LEGADO DAS ÁGUAS

Entre 1947 e 1963, empresas do Grupo Votorantim adquiriram propriedades para a construção de usinas hidrelétricas e a proteção de suas bacias hidrográficas. A área, adquirida e mantida em bom estado de conservação, posteriormente deu origem ao Legado das Águas, por decisão empresarial, com respaldo da assinatura de um protocolo de intenções junto ao governo do estado de São Paulo. Essa reserva natural privada (RNP) passou a ser gerida como destino turístico e de negócios conservacionistas a partir de 2012 [1,2], mesmo sem ser oficialmente definida como uma unidade de conservação (UC), situa-se dentro da Área de Proteção Ambiental (APA)¹ da Serra do Mar, que foi criada em 1984 [5]. Mantendo seu caráter privado, foram estabelecidas parcerias com

órgãos públicos, organizações da sociedade civil, pesquisadores e comunidades da região (Entrevista 1; Diálogos e Consultas 1; [6–11]).

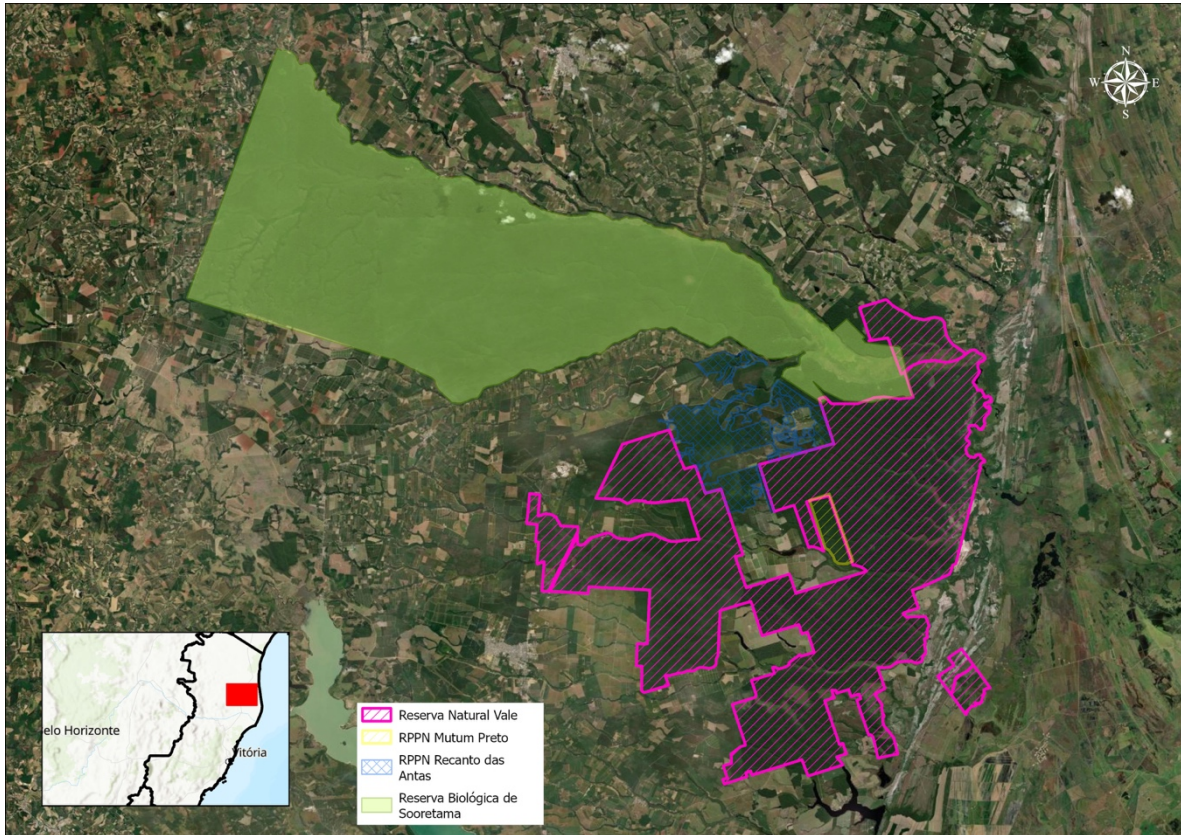


Mapa 1. Localização do Legado das Águas, em meio a Unidades de Conservação em Região de Florestas Conservadas, Estado de São Paulo.

Fontes: Candisani e Cardoso (2018) [7]; CNUC (2025) [12].

RESERVA NATURAL VALE

Em meados do século passado, a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD; atualmente a Vale S.A.) iniciou a aquisição de áreas, no Espírito Santo com o interesse de produzir madeira para os dormentes da estrada de ferro Vitória-Minas. A Reserva Natural Vale (RNV) é hoje composta de um conjunto de 103 propriedades rurais que foram adquiridas ao longo da década de 1950, chegando aos limites atuais em meados da década de 1970, época a partir da qual passou a ser definida sua função de conservação, com aproximadamente 23 mil hectares. No início a área foi usada para inventários e experimentações relativos aos interesses sobre as madeiras. No entanto, se avalia que apenas 1% da área foi afetada, a mesma parcela que hoje é utilizada para uso público, pesquisa e outros projetos. Atestando a importância da área, no final da década de 1990 a área foi incluída pelo governo brasileiro na proposta da Costa do Descobrimento, que foi aprovada para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1999 (Entrevista 2, Diálogos e consultas 3; [13–15]).



Mapa 2. Localização da Reserva Natural Vale, Estado de Espírito Santo

Fonte: Baseado em mapa cedido pela Vale S.A.; CNUC (2025) [12].

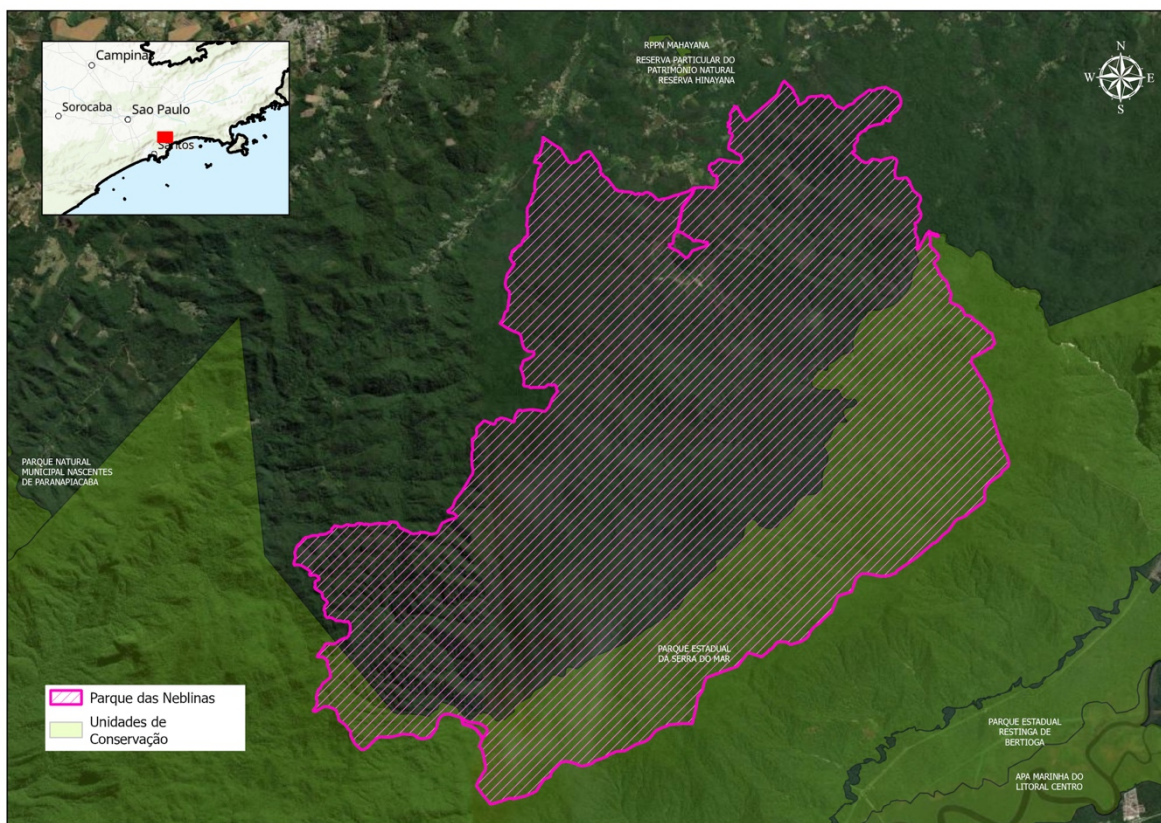
PARQUE DAS NEBLINAS

O Parque das Neblinas, no Estado de São Paulo, é uma reserva natural da Suzano S.A., uma empresa produtora de papel e celulose. O Parque das Neblinas é gerido pelo Instituto Ecofuturo, onde são desenvolvidas atividades de ecoturismo, educação ambiental, pesquisa científica, manejo e restauração florestal e participação comunitária.

A área, adquirida na década de 1960, era utilizada para plantação de eucaliptos. A partir de 1988, novos conceitos ambientais foram adotados no manejo dos plantios, evidenciando a vocação para a conservação privada (Quadro 1). Em 1999, foi criado o Instituto Ecofuturo, organização não governamental com o propósito de transformar a relação das pessoas com a natureza por meio da conservação ambiental e da promoção do conhecimento (Entrevista 3, Diálogos e consultas 4; [16–20]) – se tornando uma das primeiras reservas para conservação a ser gerida por uma organização não governamental vinculada a uma grande empresa.

Em 2009 foi reconhecida a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Ecofuturo, com 518 hectares. Há décadas, o Parque das Neblinas evoluiu, inclusive em tamanho. Hoje, com aproximadamente 7 mil hectares, desempenha importante papel na

conservação da bacia do rio Itatinga e contribui à conectividade, com o Parque Estadual da Serra do Mar – a maior UC da Mata Atlântica.



Mapa 3. Localização do Parque das Neblinas conforme o plano de manejo (antes de ampliações posteriores), Estado de São Paulo.

Fontes: Instituto Ecofuturo e BioVeritas (2019) [18]; CNUC (2025) [12].

Quadro 1. Propósito do Parque das Neblinas: Transformar Positivamente

“Desde a época da criação do parque, a gente imaginou que, por mais que a gente buscasse a conservação, a gente não podia esquecer de que a visitação e o envolvimento comunitário eram elementos centrais nesse processo. Primeiro porque a visitação traz as pessoas para próximo da mata e é essa integração que o Ecofuturo busca na sua essência. Então a gente muitas vezes diz que o Parque das Neblinas não é uma mera unidade de conservação, é uma unidade de transformação. Porque além de ajudar a transformar novamente o ambiente, a gente tem ajudado na transformação das pessoas que nos visitam e das pessoas que interagem com a gente [...] Você não vai conseguir segurar tudo o que está acontecendo de impacto no meio ambiente, perda da biodiversidade, crise climática, se as pessoas não estiverem de fato engajadas. Por isso que um pouco desse trabalho tem que se relacionar com a reaproximação do ser humano com a natureza. Porque é dessa forma que a gente vai buscar caminho para a conservação. E áreas como essa, como o Parque das Neblinas, como outras unidades de conservação, elas permitem esse contato. E esse contato pode ser transformador.”

Fonte: P. Groke Jr., em [21].

HISTÓRICO, ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA EMPRESARIAIS

Nesta seção exploramos os vínculos das reservas naturais privadas aqui relatadas, a partir da sua própria história, mas sobretudo do histórico, das estratégias e da governança das empresas que as criaram e as mantêm, além de pistas sobre suas tendências.

LEGADO DAS ÁGUAS

Aproximadamente entre os anos 1950 e 1970, companhias do Grupo Votorantim buscaram a produção da sua própria energia – predominantemente ligada à produção de alumínio – no rio Juquiá. Essas diretrizes levaram à compra das áreas das bacias hidrográficas que envolvem os locais de produção de energia hidroelétrica (hoje dentro e no entorno do Legado das Águas) [22,23]. As áreas já eram relativamente menos pressionadas por atividades antrópicas² e foram assim mantidas por décadas, inclusive pelo interesse de manutenção da sua cobertura vegetal [6,24] (Seção Contexto).

Desde 2012, o Legado das Águas passou a ser gerido como destino turístico, ao mesmo tempo em que buscava-se outras possibilidades de receitas econômicas com a conservação da natureza [25,26], incluindo o turismo e outras atividades complementares. Com isso, o Grupo Votorantim criou uma nova empresa, a Reserva Votorantim Limitada (Ltda),³ posteriormente Reservas Votorantim. Sua origem e *buscar benefícios econômicos mais focando em atividades que viabilizem a conservação*.

O ecoturismo – recreativo, educacional, ou de pesquisa – tem sido uma das principais atividades, juntamente à produção de mudas de espécies nativas, tanto para uso em recuperação florestal, como para comercialização ou ornamentais no paisagismo. A Figura 1 apresenta as diferentes atividades de turismo disponíveis na área. Essas atividades são complementadas por esforços de rentabilidade dos serviços ecossistêmicos e pela possibilidade de compensações de reservas legais. R recentemente também houve o desenvolvimento de nova metodologia para créditos de carbono em áreas conservadas (Diálogos e consultas 1; Entrevista 1; [8,24–26,28,29]).

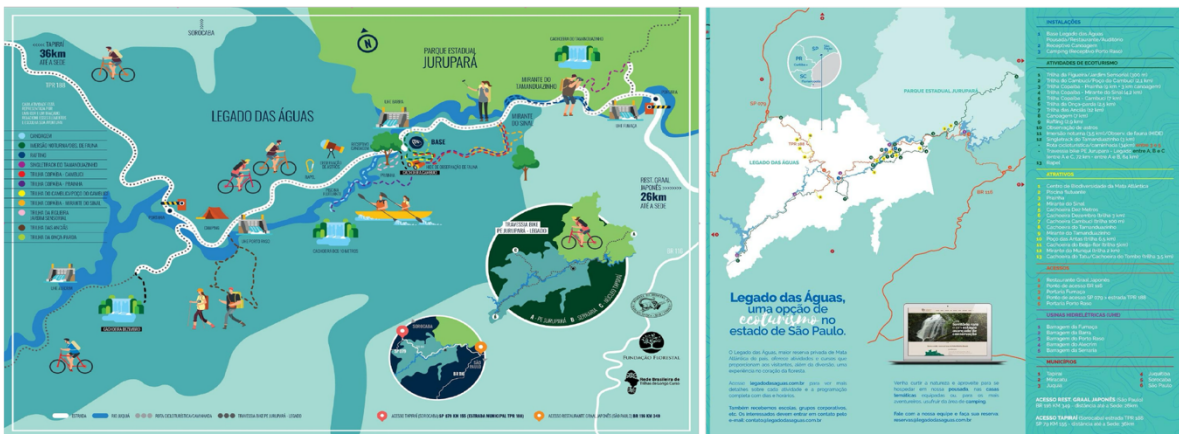


Figura 1. Variedade de Atividades Turísticas no Legado das Águas [28]

Quadro 2. Relações entre a Empresa e Comunidades Locais no Legado das Águas

Ao longo do processo de aquisição das áreas que deram origem ao Legado das Águas, em meados do século XX, havia moradores já estabelecidos no território. De acordo com os registros disponíveis, essas comunidades não foram expulsas, tendo ocorrido relações consideradas positivas, incluindo oferta de trabalho e, em alguns casos, realocação de moradores em função da implantação de represas, sem deslocamento para fora da propriedade da empresa (Diálogos e consultas 1 e 2; [8,30]). Posteriormente, houve acordo com a Vila dos Pescadores (ou Vila Verde),⁴ que resultou na formalização de terras para a comunidade.

A comunidade de Ribeirão da Anta foi reconhecida como comunidade tradicional pelo Município de Tapiraí [31,32] e mantém relações consideradas positivas com o Legado das Águas, incluindo oportunidades de emprego (Entrevista 1; Diálogos e consultas 1 e 2; [8,9,32,33]). Há registros de iniciativas apoiadas pela empresa voltadas ao resgate, registro e valorização da história da comunidade, inclusive com a publicação de livro específico (Diálogos e consultas 1 e [30,34]).

Não obstante, não houve acordo fundiário entre empresas do Grupo Votorantim e a comunidade de Ribeirão da Anta, por conta de interesses fundiários distintos.⁵ Nesse sentido, há indícios de que essa falta de acordo sobre as terras levou a um distanciamento progressivo das relações entre empresa e comunidades. Esse distanciamento pode ter limitado parcerias e ações conjuntas, inclusive em iniciativas de educação ambiental e ecoturismo (Diálogos e consultas 2; [9,30]).

Vale registrar que a maior parte das manifestações sobre a relação entre empresa e comunidades não parte diretamente das comunidades, com exceção da “Declaração da Comunidade Cabocla de Ribeirão da Anta” ([30], p. 192–193) e um abaixo assinado em relação a acesso e uso de áreas e serviços públicos municipais ([30], p. 106). Portanto, pode haver divergências de opinião a serem mais bem exploradas.

As decisões estratégicas sobre a reserva dependem de instâncias superiores do Grupo Votorantim, dada a complexa imbricação entre empresas, acordos e equipes. A governança corporativa incorpora considerações socioambientais, nas quais o Legado das Águas cumpre um papel central ao reforçar a imagem ambiental do grupo, inclusive em um contexto marcado por controvérsias socioambientais associadas a outros empreendimentos [35]. Além disso, o grupo dispõe de capacidade técnica, recursos e histórico de investimento em pesquisa e gestão, o que cria condições favoráveis à continuidade dos objetivos e da qualidade da conservação (Diálogos e consultas 1; [26,29].)

RESERVA NATURAL VALE

A Vale Sociedade Anônima (S.A.) é uma grande empresa de mineração, com sistema de governança e gestão típico de grandes empresas internacionais e bem diluída. Na sua origem, a Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942 pelo Governo Brasileiro para exploração de minério de ferro em Minas Gerais. O seu foco principal era a exportação de ferro, com atenção aos transportes associados, inclusive a conexão das minas com o porto no Espírito Santo – conectada com processos socioeconômicos vinculados à 2ª Guerra Mundial. A empresa foi privatizada na década de 1990, quando houve uma fase

de transição com importante participação da BNDESPar – o braço de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Hoje a maior parte das ações se encontra pulverizada, com apenas três acionistas com entre 5-10% cada – Previ, Blackrock e Mitsui (Diálogos e consultas 3; [36–45]).

Com a diversificação das atividades a partir da década de 1960 – incluindo o reflorestamento e a consolidação da Reserva Natural Vale – passaram a ser desenvolvidas pesquisas como inventários florestais, estudos de potencial madeireiro e a formação de herbário e coleções de insetos. Dessa forma, áreas adquiridas com interesse em inventários e experimentos voltados para madeiras para a ferrovia, passaram a ser progressivamente valorizadas por sua biodiversidade (Seção Contexto). Assim, em 1978, a área teve sua destinação formalizada para a conservação da Mata Atlântica. Ainda assim, ao longo da década de 1970 persistiram interesses explícitos em pesquisas voltadas ao manejo florestal madeireiro, inclusive por parte da subsidiária Rio Doce Madeiras S.A. [13–15].

Nas décadas seguintes, consolidou-se a orientação para pesquisa e conservação e, a partir dos anos 2000, o uso público e a educação ambiental, mantendo-se a promoção científica – especialmente a identificação e catalogação de espécies [13–15]. Ao longo da evolução da Companhia, houve a implantação de áreas naturais ou seminaturais, grande parte delas em razão de processos de licenciamento, compensação ou acordos ambientais legais – de propriedade da companhia ou destinadas a instituições públicas.⁶ (Entrevista 2; Diálogos e consultas 3).

Nos últimos anos a imagem da empresa Vale foi prejudicada devido a dois desastres ambientais devido à falta de segurança de barragens de rejeitos relacionadas com a sua atividade minerária, seja diretamente ou por empresa associada: Mariana, em 2015, com 19 mortos e grande degradação ao longo do rio Doce, e Brumadinho, em 2019, com 265 mortos, além de alguns ainda desaparecidos. Isso gerou demanda de reforma de pelo menos outras 17 barragens do mesmo tipo [38,39,42]. Nesse contexto, a Reserva Natural Vale – pela sua história, seu tamanho significativo e sua importância ecológica – tem adquirido importância reputacional ainda mais relevante, passando a operar como um símbolo da postura ambiental da empresa.

Dessa forma, tem havido um esforço para fortalecer a imagem da Reserva Natural Vale e seus compromissos socioambientais, inclusive possivelmente ampliar a prioridade de outras áreas naturais e programas de responsabilidade social, ambiental e ecológica – por exemplo, gerindo ou apoiando quase 1 milhão de hectares de áreas protegidas e conservadas, privadas e governamentais, em sua ‘Meta Florestal’ [47]. De qualquer forma, considerando as publicações científicas, o histórico de conservação da área e os esforços de vigilância e controle (não somente na Reserva Natural Vale, como na Reserva Biológica de Sooretama), há boas indicações de que a Reserva Natural Vale apresenta condições favoráveis para uma boa gestão e conservação da sua biodiversidade (Entrevista 2; Diálogos e consultas 3; [13,14,47]).

Hoje, além de comitês executivos de riscos e diretrizes de sustentabilidade, ligados ao Conselho de Administração e ao gabinete do executivo principal, há a Vice-presidência de Sustentabilidade, com focos corporativos e em relação à sociedade e à natureza⁷ [47,48].

PARQUE DAS NEBLINAS

Também de origem familiar, a Suzano S.A. igualmente apresenta governança clássica de grandes empresas. Há estratégias de sustentabilidade, incluindo conservação da natureza, no nível do seu Conselho de Administração e uma Vice-presidência de Sustentabilidade, Comunicação e Marca. Sendo uma empresa de reflorestamento ou plantio de árvores com espécies exóticas (eucaliptos), ela informa que, em termos de “capital natural” ela detém 2,9 milhões de hectares de terras próprias (sem considerar parceiros fomentados), dos quais: 1,7 milhão de hectares são destinados à produção; e 1,1 milhão de hectares conservados, incluindo 85 mil hectares de áreas de alto valor de conservação⁸ [51–57].

Embora inicialmente a área foi adquirida com objetivos de produção, o conhecimento de sua biodiversidade promoveu reflexões sobre a sua prioridade de conservação. Pouco a pouca a área se tornou referência de regeneração assistida (Seção Contexto.) Além disso, na tendência do movimento de responsabilidade socioambiental corporativa⁹, foi criado o Instituto Ecofuturo em 1999, que tem governança própria, mas vinculada à família e à empresa. Assim, essa instituição atualmente, atua com foco em florestas, na gestão de áreas naturais – para além do Parque das Neblinas – e na promoção do uso sustentável da biodiversidade, integrando conhecimento científico e tradicional e ações de educação [51,58].

CARACTERÍSTICAS DAS RESERVAS E SUAS REGIÕES

BIODIVERSIDADE, SITUAÇÃO DA CONSERVAÇÃO E ÁREAS PRIORITÁRIAS

LEGADO DAS ÁGUAS

A Mata Atlântica é uma floresta tropical úmida, com diversidade biológica elevada. Estudos indicam que o Legado das Águas tem 75% de área em excelente estado de conservação [7]. Levantamentos para proposta diferenciada de créditos de carbono também indicaram significativas parcelas de vegetação nativa [8].

Segundo informações da equipe, foram identificadas 480 espécies maiores¹⁰ da fauna, das quais 43 consideradas ameaçadas e 124 são endêmicas— além de centenas de insetos e outros invertebrados, sem levantamento sistemático. . Foram também identificadas 723 espécies da flora,¹¹ das quais 13 consideradas ameaçadas. E houve registro de contribuições para a ciência, tais como, a orquídea *Lepanthopsis legadensis*, espécie descrita a partir dos estudos na reserva, a borboleta *Godartiana byses*, com o primeiro registro para o estado de São Paulo, a borboleta *Adelpha herbita*, sendo um único indivíduo disponível em coleção científica e registrada após mais de 100 anos, e a orquídea *Octomeria estrellensis*, espécie que era considerada extinta na natureza (Diálogos e consultas 1; [7,24]).

No processo brasileiro de definição de prioridades de conservação, normalmente não se considera UCs (pois a área já estaria protegida, em tese, ainda que restem

recomendações de ação). Como o Legado das Águas se encontra em área da APA Serra do Mar, não foram identificadas áreas prioritárias brasileiras [59]. Não obstante a reserva se situa no conjunto remanescente mais importante da Mata Atlântica, com importantes papéis de conectividade e promoção da conservação, visitação e pesquisa. Além disso, a Área Chave de Biodiversidade ('Key Biodiversity Area, KBA')¹² Maciço Florestal de Paranapiacaba foi identificada na área da reserva [63–65].

RESERVA NATURAL VALE

A Reserva Natural Vale apresenta predomínio das florestas tropicais úmidas nativas, características de áreas baixas e planas do litoral, estas conhecidas como tabuleiros [66–69]. Segundo informações obtidas da equipe, foram registradas 637 espécies maiores da fauna e 1.500 de insetos, aracnídeos e similares. Dessa fauna maior, 38 espécies são consideradas ameaçadas. Dentre as 2.353 espécies identificadas da flora, 134 se encontram ameaçadas. Nos últimos 10 anos foram descritas 37 espécies novas para a ciência, inclusive a Jueirana-facão (*Dinizia jueirana-facao*), com muito poucos espécimes sobreviventes na natureza (Diálogos e consultas 4; [14]).

A Reserva encontra-se em áreas de prioridade alta da Mata Atlântica, e de prioridade extremamente alta, da zona costeiro-marinha [59]. Juntamente com a Reserva Biológica (Rebio) de Sooretama, a Reserva Natural Vale encontra-se na KBA Sooretama/Linhares [64,70][45].

PARQUE DAS NEBLINAS

Também com florestas tropicais úmidas nativas da Mata Atlântica, o Parque das Neblinas apresenta um histórico de evolução positiva. Nas décadas de 1940 e 1950, a produção de lenha e carvão vegetal – especialmente durante a Segunda Guerra Mundial – levou à degradação e desmatamento de parcela significativa da área. Na década de 1960, passou-se a priorizar o plantio de eucalipto e a compra de áreas pela Suzano. Nos anos 1990, passou-se a considerar a destinação da área à conservação como a opção mais estratégica, e, na década de 2000, foram formalizados o Instituto Ecofuturo, a RPPN Ecofuturo e o Parque das Neblinas, com ampliações subsequentes das iniciativas de conservação (Diálogos e consultas 4; [18–20,71–74]).

Produto de sua história, a Reserva apresenta condições diferenciadas em termos de níveis de conservação e zoneamento. Em termos de uso do solo, dos 6 mil hectares¹³ da Reserva, 1.590 (26%) apresentam florestas em estágio avançado de regeneração, 3.200 (53%) em estágio médio e 533 (9%) em estágio inicial, sendo que estas duas últimas classes podem ocorrer em antigos plantios de eucalipto. Há também 662 hectares (11%) de áreas antropizadas, como em vias, plantios, construções e similares [18].

Em termos de zoneamento, 22,4% (1.349 hectares) estão destinados a regeneração – que em parte se sobrepõe com o parque estadual [18]–, o Parque das Neblinas mantém 34,6% da área (2.080 hectares) como zona de manejo florestal e 28,2% como zona silvestre (1.698 hectares). Em termos de biodiversidade, já foram identificadas 1.330 espécies na área, com registros de 429 espécies da fauna maior e 402 espécies menores, considerando os invertebrados (insetos, aracnídeos etc.), 22 consideradas ameaçadas.

Foram registradas 572 espécies maiores da flora, 19 consideradas ameaçadas. Pelas pesquisas desenvolvidas no Parque das Neblinas, 3 novas espécies para a ciência foram descritas: o Sapinho-da-barriga-vermelha (*Paratelmatus yepiranga*) (endêmico desta reserva), o Sapinho-da-garganta-preta (*Adenomera ajurauna*) e uma formiga *Megalomyrmex* (Diálogos e consultas 3).

O trecho do Parque das Neblinas fora do Parque Estadual da Serra do Mar se situa em área da Mata Atlântica identificada como de prioridade extremamente alta [59], enquanto que trecho que se sobrepõe com o Parque Estadual faz parte da KBA Parque Estadual da Serra do Mar [64,75]).

CONSERVAÇÃO, USOS DA TERRA E GESTÃO TERRITORIAL

LEGADO DAS ÁGUAS

Além de estar situada na APA da Serra do Mar, o Legado das Águas é parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, sendo um de seus postos avançados. Ela também se encontra em área de importante conectividade e no mais importante fragmento da Mata Atlântica em termos de área e nível de conservação. No seu entorno imediato, as pressões são relativamente menores. Dessa forma, considera-se que os ecossistemas terrestres do Legado das Águas apresentam bom estado de conservação (Diálogos e consultas 1; [25,76–78]).

Não obstante, o mesmo não pode ser dito com relação aos ecossistemas aquáticos. "A construção de barragens para geração de energia elétrica provoca mudanças significativas nesses ambientes, ao transformar ecossistemas fluviais de águas correntes em ambientes de águas paradas. Trata-se de uma conversão de ecossistemas naturais em ambientes antropizados, com profundas alterações na composição biológica.

Na parte terrestre ocorrem o turismo (como atividade principal) e a produção de mudas. Destacam-se também a promoção de pesquisas e a vigilância e proteção (Entrevista 1; Diálogos e consultas 1). Há um conjunto significativo de pesquisas nesta reserva, inclusive aquelas promovidas pela empresa gestora. Estas se concentram nos potenciais usos econômicos da biodiversidade e na melhor caracterização do ativo ambiental. De qualquer forma, elas também contribuem para a melhor gestão da área ao ampliar o conhecimento sobre o território e orientar a tomada de decisões, fortalecendo, assim, os resultados de conservação.

RESERVA NATURAL VALE

Embora parte da área da atual Reserva Natural Vale tenha sido usada para silvicultura, os mapas de formações vegetais e uso do solo demonstram a ampla predominância de florestas naturais dentro da reserva. A situação se inverte completamente no entorno, com predomínio da produção de café, pimenta-do-reino e mamão. A Reserva Natural Vale complementa as unidades de conservação vizinhas (Reserva Biológica de Sooretama e

RPPNs Refúgio da Anta e Mutum Preto), em um bloco de aproximadamente 50 mil hectares (Entrevista 2; Diálogos e Consultas 3; [13,14]).

Embora tenha havido abertura de vias para inventários e experimentos em termos de silvicultura e de processos agroflorestais, o impacto das conversões foi em somente 1% da área, a qual é utilizado para uso público, pesquisa e desenvolver outros projetos. O turismo já foi mais desenvolvido na Reserva Natural Vale, sendo que a visitação hoje se concentra em atividades com o entorno, inclusive educação ambiental com as escolas e capacitação, principalmente com os municípios de Linhares, Sooretama e Jaguaré. A pesquisa e a vigilância e proteção se mantêm em nível importante, inclusive integrado com as UCs vizinhas (Seção Relações com Unidades de Conservação e Instrumentos de Vigilância e Monitoramento). (Entrevista 2; Diálogos e Consultas 3).

Independente de outras considerações sobre o comportamento socioambiental da empresa Vale, a orientação da empresa para que a Reserva Natural Vale fosse direcionada para a conservação tem se mantido ao longo das décadas e tem sido responsável pela qualidade da sua gestão (Quadro 3). Esta não está diretamente relacionada com departamentos ligados à produção da empresa.

PARQUE DAS NEBLINAS

O Parque das Neblinas é uma referência para restauração e regeneração assistida, aproveitando o papel dos eucaliptos para promover a regeneração a partir do sub-bosque – isto é, a vegetação que nasce sob os plantios de exóticas pode se desenvolver para recuperar a floresta. Sem grandes intervenções, acompanha-se a regeneração natural e realiza-se alguns procedimentos de enriquecimento para colaborar no processo. Por exemplo, tem se realizado atividades para a reintrodução de duas espécies-chave, a palmeira juçara e o cambuci, que já estavam quase extintas nessa região, as mesmas que são importantes para a fauna, promovendo sua reintrodução. (Diálogos e Consultas 4; [71,79]).

“O Parque das Neblinas, reserva ambiental da Suzano gerida pelo Instituto Ecofuturo, foi destaque em evento promovido pelo WRI Brasil (sigla para World Resources Institute) para o lançamento do estudo “O papel da regeneração natural assistida para acelerar a restauração de florestas e paisagens”. [80]¹⁴

Além da recuperação e do manejo florestal, próprio desta reserva, em comum com outras, também neste caso, o turismo, a visitação e a educação ambiental – com alguma atenção para as funções de reconexão entre sociedade e natureza e promoção do bem-estar e da saúde – têm importante destaque na gestão da reserva, além de significativo esforço de promoção de pesquisa, vigilância e proteção. O bom relacionamento com proprietários e comunidades no entorno do Parque das Neblinas também faz parte das diretrizes da sua gestão. (Entrevista 3; Diálogos e Consultas 4; [71,82]).

Essa reserva natural privada apresenta sobreposição parcial com o Parque Estadual da Serra do Mar, funcionando também como amortecimento para essa UC, ao mesmo tempo em que contribui para complementar a proteção em um maciço significativo remanescente da Mata Atlântica [18,76].

RELAÇÕES COM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As três RNPs apresentam relações importantes com unidades de conservação.

LEGADO DAS ÁGUAS

O Legado das Águas encontra-se totalmente dentro da APA Serra do Mar. Considerando as características dessa categoria de gestão – além da importância da Mata Atlântica no Vale do Ribeira e Serra do Mar – essa reserva natural privada tem um papel especialmente importante de ser exemplo de conservação dentro da UC, além de promover resultados e incentivar o engajamento de outros atores sociais nesse sentido.

Quadro 3. Área de Proteção Ambiental (APA)

Área de Proteção Ambiental (APA) é categoria de gestão de UC definida pela Lei do Snuc [4]. Pela definição do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) – inclusive para registro no Banco de Dados Mundial de Áreas Protegidas (“WDPA”) [83]– e ela corresponde à categoria internacional V da UICN [3,84]. Por essa lei ela é definida por iniciativa e com governança pública, correspondendo ao tipo internacional A (podendo admitir todos os subtipos federal, estadual e municipal) [85].

Contrariamente ao modelo clássico dos parques nacionais, seguindo mais o padrão de áreas protegidas europeias [86] (especificamente inspirada nos parques naturais portugueses¹⁵), essa categoria pode incidir sobre áreas privadas e comunitárias, sem supor obrigatoriedade de domínio público (ou desapropriação). Embora outras categorias de gestão do Snuc possam também incidir sobre áreas privadas, as APAs apresentam o menor nível de restrição. (Relatório nacional [87]; Quadro 5; [4]).

Essas características fazem das APAs a categoria de mais difícil gestão, demandando intensa negociação, profunda participação social, incluindo conselho de gestão bem reconhecido, eficaz e equitativo, e bom plano de manejo, com bom zoneamento [88–91].

Assim, seja por pertencer a um grande grupo econômico, seja pelo modelo de conservação por meio de negócios econômicos, tem sido possível oferecer à reserva boas condições de uso e vigilância – inclusive em termos de pessoal, atividades e investimentos – que mantêm os resultados de conservação. Dessa forma, o Legado das Águas é hoje mantido por meio de vários negócios conservacionistas (Entrevista 1; Diálogos e consultas 1; [6,8,24,28]).

RESERVA NATURAL VALE

Na Reserva Natural Vale, há um esforço sistemático de proteção, praticamente 24 horas por dia, desde a década de 70, com agentes atuando para prevenir crimes ambientais de caça e incêndios. Isso, em integração com atividades similares nas áreas vizinhas integradas no que chamam de ‘bloco florestal’, incluindo a própria Reserva Natural Vale e as UCs vizinhas, especialmente a Reserva Biológica de Sooretama. (Entrevista 2; Diálogos e Consultas 3; [14].)

Cabe destacar que esta reserva foi integrada no reconhecimento do sítio Reservas da Mata Atlântica da Costa do Descobrimento com sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, em 1999, Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural¹⁶, além de ser parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e um de seus postos avançados (Entrevista 2, Diálogos e consultas 3 e [77,78,92,93].)

PARQUE DAS NEBLINAS

O Parque das Neblinas apresenta uma reserva particular do patrimônio natural (RPPN) em seu interior (7,4% da área) (Quadro 4). Há também uma significativa porção dessa reserva natural privada sobreposta com o Parque Estadual da Serra do Mar (28,6%). Mas a área é gerida como um todo, incluindo as atividades de turismo, pesquisa, conservação, recuperação etc., além da vigilância que alcança toda o conjunto de propriedade da Suzano gerida pelo Instituto Ecofuturo. Dessa forma, a reserva natural privada colabora com a vigilância e controle da degradação também na UC pública, mas também com a conectividade ecológica que permite aos visitantes melhor interação com a natureza. Esta reserva também é parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, sendo um de seus postos avançados. (Entrevista 3; Diálogos e Consultas 4; [77,78].)

Quadro 4. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e reservas em áreas privadas

Essa categoria de gestão de UC é definida pela Lei do Snuc [4]. Pela definição do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) – inclusive para registro no Banco de Dados Mundial de Áreas Protegidas (“WDPA”) [83]– e ela corresponde à categoria internacional IV da UICN [3,84] (ainda que, pelas características, pudesse se corresponder à categoria internacional II, mesmo que normalmente em tamanhos muito menores). Por essa lei ela é definida como de iniciativa e governança privada, correspondendo ao tipo internacional C, podendo admitir todos os subtipos (empresas, organizações, pessoas etc.) [85]. Sendo uma UC e registrada no WDPA, essa parte do Parque das Neblinas não poderá ser reconhecida como outro mecanismo espacial eficaz de conservação (omec) [94–97]¹⁷, podendo ser candidata à certificação pela Lista Verde da UICN [98], uma vez registrada no Banco Mundial de Dados de OMECs (“WD-OECM”) [99].

Importante destacar que, ao ser proposta, uma RPPN tem que ser reconhecida por um governo de um dos três níveis da Federação Brasileira (União, estados e municípios), quando passa a ser parte integrante do respectivo subsistema e do Snuc. Dessa forma, o caso do sistema brasileiro de áreas protegidas se diferencia da maioria dos demais países incorporando as reservas privadas desde a sua lei original do sistema oficial de áreas naturais protegidas. E, não raro, são totalmente voluntárias. Em outros países da América Latina as reservas privadas podem ser reconhecidas ou estimuladas por governos [100].

No Brasil, não há subsídio específico governamental para a gestão dessas reservas privadas, mas há possibilidades de redução de impostos territoriais rurais. Há um projeto brasileiro, com a cooperação multilateral internacional (com recursos do “Global Environment Facility - GEF”) para a conservação em áreas privadas [101], mas não um apoio generalizado e sistemático.

Outras RNPs (como a aqui relatada Reserva Natural Vale e parte do Parque das Neblinas) podem, potencialmente, vir a ser reconhecidas como omeCs e se candidatar à certificação pela Lista Verde. Não obstante, várias outras categorias de gestão do Snuc podem ser criadas e geridas sobre propriedade privada (sem supor a necessidade de desapropriação obrigatória) – como, por exemplo, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental (Relatório nacional [87]; Quadro 4; [4]).

PRESSÕES PRINCIPAIS E COMO SÃO ENFRENTADAS

As principais pressões sobre os três casos de reservas naturais privadas aqui apresentados são os riscos de incêndios na vegetação, de invasões e de caça, além das espécies exóticas invasoras (Diálogos e consultas 1, 3 e 4.)

Todas as três reservas apresentam esforços significativos com equipes de vigilância e prontidão de brigadas anti-incêndio, ambas privadas. Esses esforços não conseguem anular totalmente as principais pressões indicadas – incêndios, invasões e caça –, mas reduzem de forma significativa seus impactos. Mais que isso, esses esforços servem também como contribuição a unidades de conservação de gestão pública, seja estendendo sua atenção para áreas vizinhas, contribuindo para UCs sobrepostas ou como exemplos ou motores de implementação para outras áreas protegidas, inclusive as de gestão governamental. (Seção Relações com Unidades de Conservação.)

No caso do Legado das Águas, segundo o relatório sobre a qualidade ambiental há parceria com o Parque Estadual do Jurupará para ações de monitoramento na fronteira nordeste do Legado. Bem como com a Polícia Militar Ambiental para lidar com áreas mais conflituosas em relação às vilas e comunidades locais. Sendo que esse documento apresenta detalhes de ações e a plataforma gerencial da vigilância, inclusive pontos de alerta de caça, de extração ilegal de palmito e para monitoramento de fauna em anos recentes. Informa ainda sobre a ausência perturbação natural significativa durante o período de 2017 a 2023 [8]. As atividades de monitoramento e vigilância foram confirmadas pelas informações obtidas diretamente (Entrevista 1; Diálogos e Consultas 1).

Kierulff e colaboradores [14] informam que a Reserva Natural Vale vem apresentando um esforço sistemático de proteção, praticamente 24 horas por dia, desde a década de 70, com agentes atuando para prevenir crimes ambientais de caça e incêndios. Isso, em integração com atividades similares nas áreas vizinhas integradas no que chamam de “bloco florestal”, especialmente a Reserva Biológica de Sooretama. Essa e outras publicações indicam a qualidade ecológica da área depois de décadas [13]. Informações obtidas para este estudo indicam que esse tipo de ação continua (Diálogos e Consultas 3; Entrevista 2).

O Parque das Neblinas tem atenção especial sobre a recuperação da floresta tropical úmida, incluindo monitoramento da regeneração, plantio complementar (por exemplo palmito-juçara e cambuci) e controle de exóticas (e.g. pinus). A também atuante vigilância tem como uma das atenções principais evitar o roubo de palmitos. (Entrevista 3; Diálogos e Consultas 4; [18,71]).

De um modo geral, a qualidade de espécies registrada, a presença de espécies ameaçadas e identificação de espécies novas para a ciência no caso das três reservas naturais privadas [7, 14, 18, 24, 63] são demonstração do sucesso das atuações de suas gestões para reagir às principais ameaças.

Nesse sentido, os esforços de prevenção, vigilância e controle exercido pelas empresas no caso das suas reservas naturais privadas têm contribuído para uma minimização efetiva de tais tipos de danos (acima), não somente dentro de suas áreas, mas também

contribuindo com as unidades de conservação onde estão inseridas (caso do Legado das Águas na APA Serra do Mar), com a qual apresentam sobreposição (caso do Parque das Neblinas com o Parque Estadual da Serra do Mar) ou das quais são vizinhas (caso da Reserva Natural Vale com a Reserva Biológica de Sooretama). As informações obtidas indicam redução significativa, especialmente considerando-as de forma comparativa com o que ocorre em seu entorno [7,13,18].

Mas a frente das espécies exóticas invasoras não alcança soluções suficientes. E não se trata de espécies estranhas – ainda que tenhamos a presença do "javaporco", mas, sim, das bem conhecidos cachorros, gatos, porcos, pinus e eucaliptos. A solução demandaria atuação muito mais estratégica e ampla, no tempo e no espaço, além da gestão das reservas especificamente [63].

MOTIVAÇÕES LOCAIS E PERCEPÇÕES

Pode se perceber dos levantamentos realizados que as motivações das empresas podem variar na origem – como interesses na proteção de hidroeletricidade, na produção de madeira ou na produção de fibras – ou nos detalhes – como geração de receita com a conservação ou regeneração assistida. Mas se alinham em agrupamentos relacionados com a responsabilidade socioecológica corporativa e a importância para a imagem empresarial. Igualmente apresentam similaridades nos meios, como prevenção e vigilância, promoção e realização de pesquisas, integração com o entorno e visitação, entre outros.

Apesar de interesses diferentes no passado, apresentados na seção do contexto, o Legado das Águas marca a nova estratégia do grupo – configurada na criação da empresa Reservas Votorantim – em buscar receita econômica promovendo a conservação ao mesmo tempo (Entrevista 2; Diálogos e Consultas 3).

No caso da Reserva Natural Vale, igualmente após evoluções, a empresa entende que, não tendo relação com obrigações legais, ela representa o fundamento para a promoção interna da sensibilidade ambiental da empresa, tendo influenciado, por exemplo, a criação de outras de suas reservas ou áreas de visitação. Foram também mencionadas as RPPNs, mas, aparentemente, são relacionadas a obrigações decorrentes de licenciamentos. (Entrevista 3; Diálogos e Consultas 4; [15,46]).

O Instituto Ecofuturo declara que foi a percepção da importância da biodiversidade da área que motivou a sua destinação para regeneração e conservação (Entrevista 3; Diálogos e Consultas 4).

CONSERVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: RECOMENDAÇÕES PARA ALCANÇAR AS ASPIRAÇÕES LOCAIS

Apresentam-se aqui as principais condições que dificultam (obstáculos) ou que facilitam (caminhos) a conservação e a inclusão, além das principais ameaças e oportunidades para avançar com uma conservação inclusiva pelo campo privado, com base nos estudos de caso locais efetuados aqui relatados. Assim, diferencia-se os pontos que facilitam a

conservação e a inclusão daqueles que as dificultam, tanto na situação atual, como na potencial (condições existentes e potenciais), mas estas incluíram tanto as possibilidades futuras, como as propostas de caminhos positivos.¹⁸

CONDIÇÕES EXISTENTES QUE DIFICULTAM OU FACILITAM A CONSERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS NATURAIS E A INCLUSÃO SOCIAL ASSOCIADA

Sintetizam-se na tabela abaixo as mais importantes constatações sobre o que atualmente dificultam ou facilitam a conservação dos ecossistemas e a inclusão social.

Tabela 1. Condições existentes que dificultam ou facilitam a conservação dos ecossistemas e a inclusão social

Temas principais	Condições existentes que dificultam	Condições existentes que facilitam
Estratégias empresariais e atividades econômicas	<ul style="list-style-type: none"> Atividades de nível industrial (e.g. geração hidroelétrica) e conversão de ecossistemas aquáticos 	<ul style="list-style-type: none"> A evolução das diretrizes para a conservação da biodiversidade O comprometimento com a conservação (vinculado ou não a preocupação com imagem) Capacidade econômica de empreender com conservação, de priorizar a conservação ou de promover a regeneração assistida, incluindo vigilância e proteção e colaboração com UCs de gestão pública
Conservação da biodiversidade		<ul style="list-style-type: none"> Manutenção das prioridades de conservação, incluindo pesquisas, ecoturismo, produção ecologicamente sustentável e promoção da regeneração Amplas áreas conservadas, integradas a outras áreas conservadas, oferecendo conectividade e a proteção de importantes remanescentes de ecossistemas Resistência a pressões, agressões (como caça) e riscos (como incêndios), por meio de sistemas de vigilância bem montados e funcionando Investimento na recuperação florestal, conservação e pesquisas científicas
Relações entre empresas, órgãos públicos e comunidades e engajamento social	<ul style="list-style-type: none"> Áreas com reivindicações potencialmente conflitantes com comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> A integração na Rede de Reservas Naturais Privadas, ampliando as possibilidades de divulgar melhor a conservação e ampliar os seus apoios Contribuições econômicas para as respectivas regiões em modelos de desenvolvimento sustentável Promoção do envolvimento e reconexão maiores da sociedade com a natureza conservada Atendimento aos interesses da sociedade local, inclusive usuários da RNPs e comunidades dos entornos Envolvimento da sociedade local e promoção da conservação Turismo e educação ambiental – inclusive em casos de atenção a reconexão da sociedade com a natureza e promoção do bem-estar e da saúde

CONDIÇÕES POTENCIAIS QUE DIFICULTARIAM OU FACILITARIAM A CONSERVAÇÃO DE ECOSSISTEMAS NATURAIS E A INCLUSÃO SOCIAL ASSOCIADA

Sintetizam-se aqui as indicações mais importante do que poderia potencialmente vir a dificultar ou facilitar a conservação dos ecossistemas e a inclusão social.

Tabela 2. Condições potenciais que dificultariam ou facilitariam a conservação dos ecossistemas e a inclusão social

Temas principais	Condições potenciais que dificultariam	Condições potenciais que facilitariam
Estratégias empresariais	<ul style="list-style-type: none"> Riscos em relação à possível não manutenção do foco na conservação das três RNPs 	
Conservação da biodiversidade		<ul style="list-style-type: none"> A continuidade dos compromissos com a conservação, vinculada ou não aos interesses econômicos e de reputação A manutenção da visão e da estratégia empresariais que valorizam a conservação, por meio de novo modelo econômico, de exemplo corporativo (interno ou externo) ou de responsabilidade socioambiental
Relações entre empresas, órgãos públicos e comunidades e engajamento social	<ul style="list-style-type: none"> O não reconhecimento pela sociedade e pelo poder público (expresso, explícito) dos esforços e do papel de exemplo, promoção e realização da conservação O não reconhecimento pela sociedade e pelo poder público de maneira oficial dos direitos e do papel de conservação dos territórios tradicionais ou áreas de comunidades locais 	<ul style="list-style-type: none"> O reconhecimento pela sociedade e pelo poder público dos benefícios ecológicos e sociais oferecidos pelas três RNPs e de outros empreendimentos que conservam a natureza, fortalecendo e promovendo a proteção privada O reconhecimento de comunidades tradicionais e seus territórios, assim como de seu papel na conservação da natureza A promoção ativa de padrões de excelência para outras áreas protegidas ou conservadas (inclusive via reconhecimentos de omecs e certificação pela Lista Verde, assim como engajamento para alcance das metas globais, nacionais e locais A implementação do pagamento por serviços ambientais, seguindo a legislação nacional ou legislação ou programas estaduais A implementação eficaz da APA da Serra do Mar, também considerando que áreas com gestão mais contundente dentro de APAs podem se constituir em promotoras de seus objetivos mais amplos Ampliação da oferta e da promoção de turismo sustentável, de natureza ou ecoturismo e fortalecimento das perspectivas de reconexão da sociedade com a natureza (conservada) O fortalecimento do envolvimento com as comunidades locais ou tradicionais e do respeito e valorização do seu conhecimento tradicional O fortalecimento na prestação de serviços dos ecossistemas nas propriedades O fortalecimento de diretrizes de desenvolvimento sustentável das regiões onde se encontram

MEDIDAS PARA APOIAR AS ASPIRAÇÕES LOCAIS DE CONSERVAÇÃO

Progredindo nessas observações, apresentam-se aqui recomendações de medidas de impacto local direto, provenientes destes estudos de caso para as três RNPs:

- No campo dos reconhecimentos, governamentais e da sociedade
 - Não podendo as RNPs e os territórios ou áreas comunitários ser oficialmente reconhecidos como omecs, por estarem em área de UC, poderia haver reconhecimentos governamentais (estadual, federal ou municipal) de que a gestão das respectivas áreas conserva a sua biodiversidade *in situ*
 - Reconhecimento da sociedade e dos governos pelos benefícios ecológicos e sociais oferecidos pelo Parque das Neblinas, incluindo a RPPN Ecofuturo.
 - Reconhecimento de parte do Parque das Neblinas como omec. Do total, devem ser retiradas as partes que são UC, seja a RPPN Ecofuturo, seja a sobreposição com o Parque Estadual da Serra do Mar. Do restante, a recomendação poderia ser de dois caminhos: ou (i) reconhecer a área (restante) toda; ou (ii) reconhecer atualmente as partes em estágios médios e avançados de regeneração, incorporando progressivamente outras áreas a medida que a recuperação ocorra. As áreas potenciais para ampliação da proteção como RPPNs poderão ser retiradas da contabilização como omecs quando isso ocorrer.
- Do ponto de vista das estratégias empresariais e em termos de atividades econômicas
 - Manter prioridade e transparência. Os problemas precisam ser conhecidos e os riscos avaliados e acompanhados em relação a manutenção desses ativos ecológicos e econômicos a longo prazo. A situação reputacional (e consequente situação do negócio frente aos mercados) pode levar a uma novas prioridades.

MEDIDAS E INCENTIVOS REQUERIDOS NO NÍVEL NACIONAL – CONDIÇÕES HABILITANTES

Igualmente, apresentam-se aqui recomendações de medidas de nível nacional, provenientes destes estudos de caso para as três RNPs:

- Respeitando a categoria Área de Proteção Ambiental, mas considerando as suas características, tem sido importante a possibilidade de criação ou reconhecimento de outras unidades de conservação ou territórios tradicionais com sobreposição de limites (como, por exemplo reservas particulares do patrimônio natural, reservas extrativistas, terras indígenas, territórios quilombolas etc.).¹⁹
- Nesse sentido, áreas com gestão mais específica e contundente dentro de APAs podem se constituir em promotoras dos objetivos mais amplos das APAs (além de poderem alcançar os objetivos mais específicos dessas áreas).

- Validação da possibilidade de inclusão de áreas recuperadas e fortalecimento do potencial de conservação da biodiversidade, inclusive para omecs
- O reconhecimento expresso e explícito pelo poder público dos benefícios ecológicos e sociais oferecidos por empreendimentos que conservam a natureza, fortalecendo e promovendo as perspectivas de proteção privada
- A implementação do pagamento por serviços ambientais, seguindo a legislação nacional ou legislação ou programas estaduais

CONCLUSÕES

É aqui relatada a apreciação de três casos de reservas naturais privadas vinculadas a empresas brasileiras de porte significativo e atuação internacional. De um modo geral, os casos mostram que as suas áreas não foram vistas inicialmente por sua importância ecológica, mas dentro de estratégias empresariais diversas com objetivos próprios. Dessa forma, essas áreas podem ser consideradas como “restos da produção”, pois sobraram a partir de opções empresariais de épocas anteriores. Em relação aos quais foi progressivamente sendo percebida a sua importância para a biodiversidade.

Com isso, embora com modelos e estratégias não idênticas – podendo variar o foco principal na economia da conservação, na regeneração assistida, na conservação ou na imagem corporativa –, as 3 RNPs têm em comum o respaldo de decisões de alto nível das empresas ou grupos e de seus controladores, a importante dedicação para a conservação da biodiversidade, com atividades associadas (como pesquisas, ecoturismo, educação ambiental e produção de mudas de espécies nativas – além de outras opções possivelmente diferenciadas, como compensação de reservas legais e créditos de carbono).

Há também em comum a participação fundamental na criação e gestão (ainda em processo de formalização oficial) da Rede de Reservas Naturais Privadas, com possibilidades de intercâmbios e fortalecimentos mútuos, assim como melhor posicionamento para influências positivas na sociedade e reconhecimentos públicos.

Todas também apresentam atenção ao bom relacionamento com comunidades e com suas regiões, seja promovendo eventos e capacitação, seja fortalecendo atividades produtivas sustentáveis, seja reconhecendo e apoiando a sua recuperação histórica. Em alguns casos, como produto típico de problemas estruturais do Brasil e suas evoluções, existe pendências a serem enfrentadas nas relações com territórios de comunidades locais e tradicionais e povos Indígenas – soluções fundamentais para a conservação inclusiva.

Dessa forma, independente de interesses de imagem corporativa e alguns problemas de comportamento empresarial ou reputacionais, vale o reconhecimento do esforço e da conservação de fato da natureza, e sua biodiversidade, assim como as intenções de bom relacionamento com o entorno. O reconhecimento desse tipo de atuação promove a complementariedade do campo privado em relação ao papel de toda a sociedade na conservação da natureza e distribuição dos seus benefícios.

E a integração atual na Rede de Reservas Naturais Privadas, inclusive em papel de coliderança, não somente tem papel de fortalecer os compromissos próprios, mas também de divulgar melhor o que tem sido realizado e com isso ampliar os apoios e expectativas da sociedade e governamentais (fortalecendo as tendências de manutenção da conservação), como potencialmente pode representar um mecanismo para difusão do modelo para outras empresas, tanto do mesmo setor, como em geral, mas sobretudo potencial influência benéfica em empresas menores, associadas ou não com a Suzano.

LISTA DE ENTREVISTAS²⁰

Legado das Águas

Entrevista 1 (Conjunta). *Daniela Gerdenits*, gerente de operações, principal responsável pela reserva e bióloga, *Bianca dos Santos Martinata*, analista socioambiental, responsável pela área de pesquisa e bióloga, e *Elaine Izabel de Moura*, analista socioambiental, responsável pela parte de gestão dos projetos sociais e as iniciativas e educação ambiental e bióloga, as três da equipe local de gestão do Legado das Águas.

Reserva Natural Vale

Entrevista 2. *Márcio Santos Ferreira*, gerente de Recursos Naturais e Áreas Protegidas e gestor da Reserva Natural Vale.

Parque das Neblinas

Entrevista 3 (Conjunta). *Valeria Blos*, diretora geral, e *Paulo H. Groke Jr.*, diretor especialista, acompanhados por *Leonardo Barbosa*, todas/os do Instituto Ecofuturo, representando o Parque das Neblinas.

DIÁLOGOS E CONSULTAS COMPLEMENTARES

O trabalho de campo e as entrevistas realizadas para este trabalho foram complementados com informação adquirida em vistas anteriores, assim como contínuos diálogos e outros contatos.

Legado das Águas

Diálogos e Consultas 1.

David Canassa, diretor executivo da empresa Reservas Votorantim, e Tatiana Motta Guimarães, coordenadora de iniciativas relacionadas com os ativos ambientais da Reservas Votorantim; e Bianca Martinata.

Diálogos e Consultas 2.

Líderes da comunidade Ribeirão da Anta, no entorno do Legado das Águas, complementados por diálogos a distância.

Reserva Natural Vale

Diálogos e Consultas 3.

Natalia Dantas Paes, analista de biodiversidade master, Leticia Guimarães, especialista em biodiversidade, Mauro César de Paula, responsável pelas RPPNs da Vale.

Parque das Neblinas

Diálogos e Consultas 4.

Paulo H. Groke Jr., diretor especialista do Instituto Ecofuturo, Valeria Blos, diretora geral do Instituto Ecofuturo, Cleia Araujo, equipe do Parque das Neblinas.

NOTAS

¹ As APAs correspondem à categoria internacional V da UICN [3], destacando tanto o fato de serem aplicadas em domínios públicos como privados [4].

² Região de relevo com pendentes íngremes e vales encaixados, situada em escarpa de transição de aproximadamente 700m de altitude, a sua ocupação sempre apresentou limites importantes, dificultando agricultura e transportes.

³ Dessa forma, a empresa Reservas Votorantim Ltda., que administra o Legado das Águas, é parte do Grupo Votorantim. Progressivamente ela passou também a assumir outros ativos naturais ou ambientais do grupo. Em 2017, foi criado o Legado Verdes do Cerrado, e a empresa passou a assumir o direcionamento ou a gestão de outras áreas – inclusive o Pátio Caeté e a Fazenda Bodoquena – e a oferecer consultorias, apoios e outros negócios baseados na biodiversidade [27].

⁴ Em diálogos durante a visita à reserva Legado das Águas foi ouvida a referência a uma vila dos pescadores. Nos documentos pesquisados essa referência não foi encontrada, mas sim Vila Verde.

⁵ Essa comunidade teve suas terras ameaçadas por um terceiro, antes de serem adquiridas por empresas do Grupo Votorantim. Depois da aquisição, houve intentos de acordo. Mas esta comunidade não teria aceito os termos propostos por entenderem que têm direito a áreas maiores que aquelas oferecidas. Seguem processos judiciais demandando que suas terras sejam reconhecidas por meio de instrumento jurídico de usucapião.

⁶ Por exemplo: o Parque Zoobotânico Vale (hoje BioParque Vale Amazônia), em 1985, em parte do que viria a ser a Floresta Nacional de Carajás – criada em 1998 para compensar e evitar ocupação próxima da mina de Carajás; o Parque Botânico Vale Vitória, inaugurado em 2004, a partir de área recuperada de cinturão verde no entorno de suas instalações no Espírito Santo; o Parque Botânico Vale São Luís, criado em 2008, a partir de floresta que era mantida como responsabilidade ambiental e proteção verde das suas instalações no Maranhão; 14 RPPNs em Minas Gerais, sobretudo nas décadas de 2000 e 2020, produto de acordos no âmbito legal; o Parque Costeiro da Vale, inaugurado em 2024, em área recuperada por compromisso ambiental ligado ao Porto de Tubarão; entre outros [46].

⁷ A Vice-presidência de Sustentabilidade é composta por quatro diretorias executivas: Sustentabilidade Corporativa; Clima, Natureza e Investimento Cultural; Gestão de Territórios; e Reparação. A Reserva Natural Vale está dentro da Gerência de Recursos Naturais e Áreas Protegidas, na Diretoria de Soluções Baseadas na Natureza, dentro da Diretoria Executiva de Clima, Natureza e Investimento Cultural (Diálogos e consultas 3; [47]).

⁸ Áreas que possuem atributos ambientais, sociais ou culturais de maior importância em contextos de monocultura de árvores exóticas, reduzindo o impacto das plantações. São originárias ou partem dos compromissos de certificação florestal importantes para exportação de papel e celulose [49,50].

⁹ Sem afirmar uma relação de causa e efeito, vale lembrar que esta empresa já foi muito criticada, seja pela lógica das plantações de espécies exóticas substituindo formações vegetais nativas, seja por polemicas com territórios reivindicados por povos e comunidades tradicionais.

¹⁰ Considerando mamíferos, avifauna, herpetofauna, entre outros, mais não considerando invertebrados, insetos, e aracnídeos, entre outros.

¹¹ Sem considerar fungos ou outros reinos ou *taxa*, que muitas vezes são considerados associados.

-
- ¹² As KBA são definidas por processo internacional, por várias organizações parceiras [60–62].
- ¹³ Número difere do atual (7 mil hectares) em razão da data de publicação do plano de manejo (2019).
- ¹⁴ Regeneração natural assistida é uma mistura de plantio ativo com restauração passiva, onde a população local – utilizando seu conhecimento da terra e suas tradições – ajuda a vegetação nativas a se recuperar naturalmente ao eliminar ameaças e barreiras ao crescimento e sobrevivência das árvores [81].
- ¹⁵ Segundo manifestação oral de seu criador, Paulo Nogueira Netto, em várias ocasiões presenciadas pelo autor principal deste relato.
- ¹⁶ Muitas vezes essa convenção é referida simplesmente como a Convenção do Patrimônio Mundial (*World Heritage Convention*). É também conhecida como a convenção do patrimônio mundial material – em contraponto com a posterior convenção sobre o patrimônio imaterial.
- ¹⁷ No processo participativo de construção da proposta de regulamentação nacional, liderado pela Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, os omecs vêm sendo chamados de medidas efetivas complementares de conservação (meccs) (Relatório nacional [87]; [96,97]).
- ¹⁸ Os pontos aqui apresentados exprimem predominantemente informações das fontes diretas (listadas abaixo) e opiniões dos/as entrevistados/as (que merecem os créditos), mas com redação interpretada e alguns complementos pelos autores (responsáveis por qualquer equívoco de interpretação).
- ¹⁹ Nesse sentido, destaca-se que o decreto de criação da APA da Serra do Mar menciona que “ficam consideradas como reservas biológicas as terras devolutas pertencentes ao estado abrangidas por esta área de proteção ambiental ([5], art. 3º).
- ²⁰ No caso do Legado das Águas, a entrevista e outros diálogos foram realizados durante visita à reserva, em abril de 2025. Nos casos do Parque das Neblinas e da Reserva Natural Vale entrevistas foram realizadas por videoconferência, considerando visitas em anos anteriores.

REFERÊNCIAS

- [1] Reservas Votorantim, Um legado de sustentabilidade, Legado Águas - Reserva Votorantim (s.d.). <https://www.legadodasaguas.com.br/o-legado/> (acessado em 19 de dezembro de 2025).
- [2] São Paulo, Reservas Votorantim, Protocolo de intenções celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; a Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo; e a Reservas Votorantim LTDA., para proposição de ações destinadas à conservação da biodiversidade e à adequação da forma de manejo dos recursos naturais na área da propriedade “Reserva Votorantim - Legado das Águas” localizada nos municípios de Juquiá, Miracatu e Tapiraí e outros. Processo nº 7646/2012, (2020). https://legadodasaguas.com.br/wp-content/uploads/2025/03/protocolo_de_intencoes-legado_das_aguas_2020.pdf (acessado em 19 de dezembro de 2025).
- [3] N. Dudley, Guidance on the use of the IUCN protected area management categories, IUCN, Gland, Switzerland, 2008.
- [4] Brasil, Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências (com emendas posteriores), : Presidência da República, Brasília, DF, Brasil, 2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm (acessado em 1 fevereiro de 2024).
- [5] São Paulo (Estado), Decreto nº 22.717, de 21 de setembro de 1984; declara Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar, 1984. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22717-21.09.1984.html> (acessado em 8 de junho de 2025).

-
- [6] Reserva Votorantim, O Legado, Legado Águas (s.d.). <https://legadodasaguas.com.br/o-legado/> (acessado em 18 de abril de 2025).
- [7] L. Candisani, F. Cardoso, A sustentabilidade de uma reserva, Reserva Votorantim, Legado das Águas, São Paulo, SP, Brasil, 2018.
- [8] Eccon, Relatório de adequação à metodologia e relatório de monitoramento (RARM); CarbonFlor PSA, Eccon Soluções Ambientais, São Paulo, SP, Brasil, 2023. <https://ecconsa.com.br/wp-content/uploads/2025/02/PSA-Carbonflor-RARM-Legado-das-Aguas-09.2023.pdf.pdf> acessado em 7 de junho de 2025).
- [9] RedEAmérica, Sustentabilidade e valor compartilhado: um legado para o futuro, in: Transform. IV 13 Histórias Inov. Particip. E Crescimento, Rede Interamericana de Fundações e Ações Empresariais para o Desenvolvimento de Base (RedEAmérica), Bogotá, D.C., Colômbia, 2019: pp. 101–109. https://www.redeamerica.org/Portals/0/Transformadores/Cronicas/ResVotorantim_port.pdf (acessado em 7 junho de 2025).
- [10] R. Garcia, Conservação de área privada em São Paulo surpreende cientistas, Folha São Paulo (2013). <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2013/09/1342035-conservacao-de-area-privada-em-sao-paulo-surpreende-cientistas.shtml> (acessado em 22 de abril de 2025).
- [11] ABC do ABC, Legado das Águas é o mais novo destino de ecoturismo em São Paulo; A 130 quilômetros da capital paulista, amantes do ecoturismo podem se divertir e conhecer esse refúgio natural praticamente intocado, ABC ABC Focado Em Você (2017). <https://abcdoabc.com.br/legado-das-aguas-e-o-mais-novo-destino-de-ecoturismo-em-sao-paulo/> (acessado em 22 de abril de 2025).
- [12] Brasil (MMA), Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, (s.d.). <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/areas-protetidas/plataforma-cnuc-1> (acessado em 19 de dezembro de 2025).
- [13] A.L. Peixoto, R.M. de Jesus, Reserva Natural Vale: memórias de 65 anos de conservação, in: Floresta Atlântica Tabul. Divers. E Endem. Na Reserva Nat. Vale, Editora Rupestre, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2016: pp. 21–29.
- [14] M.C.M. Kierulff, L.H. da S. Avelar, M.E. dos S. Ferreira, K.F. Povia, R.S. Bérnils, Reserva Natural Vale: história e aspectos físicos, Ciênc. Ambiente (2014) 7–40.
- [15] Vale, Reserva Natural Vale, Vale SA (s.d.). <https://vale.com/pt/reserva-natural-vale> (acessado em 17 de maio de 2025).
- [16] Suzano, Sustentabilidade, Suzano SA (s.d.). <https://www.suzano.com.br/sustentabilidade>
- [17] Ecofuturo, Parque das Neblinas, Inst. Ecofuturo (s.d.). <https://www.parquedasneblinas.org.br/sobre>
- [18] Ecofuturo, Plano de manejo do Parque das Neblinas, Instituto Ecofuturo; BioVeritas, 2019. <http://www.ecofuturo.org.br/plano-de-manejo-da-rppn-ecofuturo/> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [19] SMA-SP, Resolução SMA-020 de 06 de abril de 2009. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Ecofuturo” localizada no município de Bertioga-SP. (GA AT/GAB Proc. FF 1.711/2008. COD: 2744.), 2009. https://arquivo.ambiente.sp.gov.br/resolucao/2009/2009_res_est_sma_20.pdf (acessado em 10 de novembro de 2025).
- [20] D. Marcondes, Parque das Neblinas conserva 7 mil hectares de Mata Atlântica e protege a fauna, Envolverde (2020). <https://envolverde.com.br/politica-publica/ambiente/parque-das-neblinas-conserva-7-mil-hectares-de-mata-atlantica-e-protege-a-fauna/> (acessado em 22 de junho de 2025).

-
- [21] Parque das Neblinas: uma Unidade de Transformação, YouTube (Instituto Ecofuturo), São Paulo, SP, Brasil, 2021. <https://youtu.be/nWic52tjPr0> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [22] Alumínio, História do município, Câmara Munic. Alumínio (s.d.). <https://www.camaraaluminio.sp.gov.br/paginas/historia-do-municipio> (acessado em 21 de abril de 2025).
- [23] CBA, Nossa história, Cia. Bras. Alumínio CBA (s.d.). <https://ri.cba.com.br/a-cba/nossa-historia/> (acessado em 22 de abril de 2025).
- [24] Reservas Votorantim, Relatório Legado das Águas; triênio 2022-23-24, Reservas Votorantim, São Paulo, SP, Brasil, 2025. https://wa-legado-temp-gpg7cmchfwgafugn.brazilsouth-01.azurewebsites.net/docs/AF_LA_Relatorio222324pt_web.pdf
- [25] Reservas Votorantim, Reservas Votorantim [relatório; portfólio], Reservas Votorantim, São Paulo, SP, Brasil, 2022. https://www.reservasvotorantim.com.br/wp-content/uploads/2022/05/AF_RV_Portfolio2022pt.pdf (acessado em 18 de abril de 2025).
- [26] Reservas Votorantim, Reservas Votorantim, (2025). <https://www.reservasvotorantim.com.br/> (acessado em 5 de junho de 2025).
- [27] Reservas Votorantim, [Relatório 2024], Reservas Votorantim, São Paulo, SP, Brasil, 2025. https://www.reservasvotorantim.com.br/wp-content/uploads/2024/09/AF_RV_Relatorio2024pt_web-1-2.pdf (acessado em 5 de junho de 2025).
- [28] Reserva Votorantim, Guia ilustrado; Legado das Águas [folheto], (s.d.).
- [29] Votorantim (Grupo), Votorantim [inclusive páginas web, seguintes], Votorantim SA (s.d.). <https://www.votorantim.com.br/pt/home/> (acessado em 7 de junho de 2025).
- [30] M. Casemiro Fo., Ribeirão da Anta; resgate histórico de uma comunidade tradicional cabocla de Tapiraí - SP, Reserva Votorantim, Legado das Águas, São Paulo, SP, Brasil, 2018. <https://legadodasaguas.com.br/legado/wp-content/uploads/2019/03/livroribeirao.pdf> (acessado em 22 abril de 2025).
- [31] Tapiraí, Decreto nº 027, de 10 de agosto de 2016. Dispõe sobre a homologação da decisão do conselho de cultura do município de Tapiraí [Bairro Ribeirão da Anta], 2016.
- [32] Tapiraí, Comunidade do Ribeirão da Anta é reconhecida como Patrimônio Cultural de Tapiraí, Prefeitura Tapiraí (2016). <https://www.tapirai.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/1675/xdcomunidade-do-ribeirao-da-anta-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-de-tapirai> (acessado em 7 de junho de 2025).
- [33] BNDES, Legado das Águas ajuda a proteger a Mata Atlântica gerando benefícios para a população local, Branco Nac. Desenvol. Econômico E Soc. BNDES (2020). <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/projetos- apoiados/legado-das-aguas-ajuda-a-proteger-a-mata-atlantica-gerando-beneficios-para-a-populacao-local> (acessado em 7 de junho de 2025).
- [34] Tapiraí Hoje, História de comunidade cabocla do Vale do Ribeira é resgatada em livro, Tapiraí Hoje (2018). <https://tapiraihoje.blogspot.com/2018/10/historia-de-comunidade-cabocla-do-vale.html> (acessado em 7 de junho de 2025).
- [35] R. Garcia, ONGs apoiam reserva privada no Vale do Ribeira, mas criticam usina, Folha São Paulo (2013). <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2013/09/1342103-ongs-apoiam-reserva-privada-no-vale-do-ribeira-mas-criticam-usina.shtml> (acessado em 22 de abril 22 de 2025).

-
- [36] Vale, Relatório de Administração, 2024, Vale S.A., 2025.
<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/a7d41d56-51c0-32c9-8cc3-78f090b6ac34?origin=2> (acessado em 12 de novembro de 2025).
- [37] BNDES, Privatização da Vale do Rio Doce; o estado no lugar certo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, s.d.
- [38] V. Konchinski, Privatização da Vale, 25 anos: lucros e crimes cometidos evidenciam mau negócio para o país. Mineradora brasileira foi vendida em 1997 e mostrou ter valor maior que o estimado pelo Governo à época, Bras. Fato BdF (2022).
<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/06/privatizacao-da-vale-25-anos-lucros-e-crimes-cometidos-evidenciam-mau-negocio-para-o-pais/> (acessado em 1 de junho de 2025).
- [39] M. Juliboni, Uma nova era na Vale. A escolha do CEO pôs à prova a governança da Vale. Agora, caberá a Gustavo Pimenta, o escolhido, torná-la uma empresa mais sustentável, Veja Grupo Abril (2024). <https://veja.abril.com.br/economia/uma-nova-era-na-vale> (acessado em 1 de junho de 2025).
- [40] FSP, Empresa surgiu na Guerra, Folha São Paulo (1995).
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/23/brasil/30.html> (acessado em 21 de novembro de 2025).
- [41] Veja (Brasil Online), Vale do Rio Doce: A epopéia do gigante de ferro. Como o Brasil fundou e fez crescer a Vale do Rio Doce, a jóia mais reluzente da coroa estatal, Folha São Paulo (1996). <https://www1.folha.uol.com.br/fol/eco/vale/historia.htm> (acessado em 21 de novembro de 2025).
- [42] Infomoney, Vale (VALE3); Vale ON NM, Infomoney 'plataforma Informações Online (2025). <https://www.infomoney.com.br/cotacoes/b3/acao/vale-vale3> (acessado em 1 de junho de 2025).
- [43] F. Santos, Comprador da Vale terá minas de ferro para explorar durante quatro séculos, Folha São Paulo (1995).
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/23/brasil/29.html> (acessado em 21 de novembro de 2025).
- [44] Brasil Online, Vale é vendida. Consórcio Brasil paga R\$ 3,34 bi pela estatal, Folha São Paulo (1997). <https://www1.folha.uol.com.br/fol/eco/ec06051.htm> (acessado em 20 de novembro de 2025).
- [45] C. Filadelpho, Vale S.A. - História, privatização e mais da mineradora. Conheça a história da Vale S.A., desde a fundação, privatização e expansão atual da mineradora brasileira, Investidor10 (2024). <https://investidor10.com.br/conteudo/vale-s-a-historia-privatizacao-e-mais-da-mineradora-109071/> (acessado em 21 de novembro de 2025).
- [46] Vale, Parques e reservas (inclusive BioParque Vale Amazônia; Parque Botânico Vale Vitória, Parque Botânico São Luís, Fazenda Marinha etc.), Vale SA (s.d.).
<https://vale.com/pt/parques-e-reservas> (acessado em 17 de maio de 2025).
- [47] Vale, Biodiversidade, Vale SA (s.d.). <https://vale.com/pt/esg/biodiversidade> (acessado em 12 de novembro de 2025).
- [48] Vale, Governança, Vale SA (s.d.). <https://vale.com/pt/esg/governanca> (acessado em 1 de junho de 2025).
- [49] Suzano, Área de Alto Valor de Conservação (AAVC), Cent. Sustentabilidade Suzano (n.d.). <https://centraldesustentabilidade.suzano.com.br/indicadores/?ind=area-de-alto-valor-de-conservacao-6562072bf345a> (acessado em 14 de novembro de 2025).
- [50] FSC, High conservation values, For. Steward. Counc. FSC (s.d.). <https://by.fsc.org/by-en/for-forests/high-conservation-values> (acessado em 14 de novembro de 2025).

-
- [51] Suzano, Relatório de sustentabilidade 2024, Suzano S.A., São Paulo, SP, Brasil, 2025. <https://www.suzano.com.br/relatorios-de-sustentabilidade/relatorio-suzano-2024> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [52] Suzano, Relatório de sustentabilidade 2024; resumo estratégico, Suzano S.A., São Paulo, SP, Brasil, 2025. <https://www.suzano.com.br/relatorios-de-sustentabilidade-resumo/resumo-2024> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [53] M.L. Filgueiras, Na Suzano, família Feffer garante o controle até 2042. O acordo de acionistas que alinha votos e transferência de ações está em vigor desde 2017 e tinha prazo inicial de 10 anos, Pipeline Valor Globo (2022). <https://pipelinevalor.globo.com/negocios/noticia/na-suzano-familia-feffer-garante-alinhamento-de-voto-ate-2042.ghtml> (acessado em 23 de junho de 2025).
- [54] Suzano, Governança corporativa, Suzano SA (s.d.). <https://ri.suzano.com.br/Portuguese/ESG/Governana-Corporativa/default.aspx> (acessado em 23 de junho de 2025).
- [55] Suzano, Há mais de 100 anos plantando o futuro. Nossa história, Suzano SA (s.d.).
- [56] CNN Brasil, Gigante do papel higiênico: saiba quais são as marcas operadas pela Suzano. Maior produtora mundial de celulose fechou acordo com Kimberly-Clark e expande família do papel Neve, CNN Bras. (2025). <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/gigante-do-papel-higienico-saiba-quais-sao-as-marcas-operadas-pela-suzano/> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [57] Fundamentus, Suza4; principais acionistas, Fundam. Plataforma Informações Para Invest. (s.d.). https://fundamentus.com.br/principais_acionistas.php (acessado em 23 de junho de 2025).
- [58] É. Gagete, Ecofuturo: a vida que a gente quer, Instituto Ecofuturo; Memória & Identidade e Venosa Design, São Paulo, SP, Brasil, 2018.
- [59] Brasil, 2ª atualização das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, 2018. (Página web, com vínculos para informações, publicação, mapas e dados, atualizada em 02 dez. 2024.), (2024). <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/conservacao-1/areas-prioritarias/2a-atualizacao-das-areas-prioritarias-para-conservacao-da-biodiversidade-2018> (acessado em 1 de junho de 2025).
- [60] KBA Standards and Appeals Committee of IUCN SSC/WCPA, Guidelines for using A Global Standard for the Identification of Key Biodiversity Areas (version 1.2), 1.2, IUCN (KBA Standards and Appeals Committee of the IUCN Species Survival Commission and IUCN World Commission on Protected Areas), Gland, Switzerland, 2022. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2022.KBA.1.2.en>.
- [61] KBA Secretariat, Key Biodiversity Areas proposal process; Guidance on proposing, reviewing, nominating and confirming sites (version 1.2; Set. 2024), KBA Secretariat; KBA Committee of the KBA Partnership, Cambridge, UK, 2024. <https://www.keybiodiversityareas.org/working-with-kbas/proposing->
- [62] The KBA Partnership, Guidelines on business and KBAs: managing risk to biodiversity, IUCN (in collaboration with KBA partners), Gland, Switzerland, 2018. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.05.en>.
- [63] Rede de Reservas Naturais Privadas, C.C. Maretti, H.Z. Malheiros, H.A. Antunes P., L.A. Piau, P.F. Elias, N.D. Paes, L. Guimarães, D.M.F. de Mendonça, Diagnóstico de Reservas Naturais Privadas; relatório final [documento interno], Rede de Reservas Naturais Privadas, Atibaia, SP, Brasil; Internet, 2025.
- [64] KBA, Key Biodiversity Areas: keep nature thriving, Key Biodivers. Areas KBA (s.d.). <https://www.keybiodiversityareas.org/> (acessado em 12 de setembro de 2025).

-
- [65] KBA, Maciço Florestal de Paranapiacaba (20258); Brazil, South America, Key Biodivers. Areas KBA (s.d.). <https://www.keybiodiversityareas.org/site/factsheet/20258> (acessado em 19 de dezembro de 2025).
- [66] IBGE, Manual técnico da vegetação brasileira: sistema fitogeográfico; inventário das formações florestais e campestres; técnicas e manejo de coleções botânicas; procedimentos para mapeamentos, 2nd ed., Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2012. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263011> (acessado em 2 de fevereiro de 2025).
- [67] M.L. Garbin, F.Z. Saiter, T.T. Carrijo, A.L. Peixoto, Breve histórico e classificação da vegetação capixaba, Rodriguésia 65 (2017) 1883–1894. <https://doi.org/10.1590/2175-7860201768521>
- [68] S.G. Rolim, N.M. Ivanauskas, V.L. Engel, As florestas de tabuleiro do norte do Espírito Santo são ombrófilas ou estacionais?, in: Floresta Atlântica Tabul. Divers. E Endem. Na Reserva Nat. Vale, Editora Rupestre, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2016: pp. 47–60.
- [69] Wikipédia, Mata dos Tabuleiros, Wikipédia (2024). https://pt.wikipedia.org/wiki/Mata_dos_Tabuleiros (acessado em May 18, 2025).
- [70] KBA, Sooretama / Linhares (20140); Brazil, South America, Key Biodivers. Areas KBA (s.d.). <https://www.keybiodiversityareas.org/site/factsheet/20140> (acessado em 19 de dezembro de 2025).
- [71] S. Zanon, A biodiversidade no Parque das Neblinas, 1st ed., São Paulo, SP, Brasil, 2018. <http://www.ecofuturo.org.br/wp-content/uploads/2018/10/A-biodiversidade-no-Parque-das-Neblinas.pdf> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [72] Wikipédia, Parque das Neblinas – Instituto Ecofuturo, Wikipédia (2025). https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_das_Neblinas_-_Instituto_Ecofuturo (acessado em 22 de junho de 2025).
- [73] PR Newswire, Parque das Neblinas completa 19 anos de transformação e conservação. A reserva protege 1.330 espécies da biodiversidade e tem importante papel como zona de amortecimento da Serra do Mar, Estadão Bluestudio Agência Comun. (2023). <https://bluestudio.estadao.com.br/agencia-de-comunicacao/prnewswire/prnewseconomia/parque-das-neblinas-completa-19-anos-de-transformacao-e-conservacao-3/> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [74] Ecofuturo, Parque das Neblinas (e seguintes), Inst. Ecofuturo (s.d.). <http://www.ecofuturo.org.br/projeto/parque-das-neblinas/> (acessado em 25 de junho de 2025).
- [75] KBA, Parque Estadual da Serra do Mar (entre Santos e São Sebastião) (20252); Brazil, South America, Key Biodivers. Areas KBA (s.d.). <https://www.keybiodiversityareas.org/site/factsheet/20252> (acessado em 19 de dezembro de 2025).
- [76] Fundação Florestal, Mapa de localização das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, (2018). <https://fflorestal.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/mapa-ucs-ieucsp-eng-port-nov-2018-1.pdf> (acessado em 19 de abril de 2025).
- [77] Unesco Brasília, Patrimônio Mundial Natural e Reservas da Biosfera no Brasil. O Brasil abriga uma das maiores biodiversidades do mundo, Organ. Nações Unidas Para Educ. Ciênc. E Cult. Unesco (s.d.). <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/expertise/natural-heritage-biosphere-reserves> (acessado em 1 de junho de 2025).
- [78] RBMA, Bem-vindo ao portal da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica [e páginas web seguintes], Reserva Biosf. Mata Atlântica RBMA (s.d.). <https://rbma.org.br/n/> (acessado em 19 de novembro de 2025)

-
- [79] Gife, Parque das Neblinas, gerido pelo Instituto Ecofuturo, se torna referência em recuperação de biomas, Grupo Inst. Fundações E Empres. Gife (2015). <https://gife.org.br/parque-das-neblinas-gerido-pelo-instituto-ecofuturo-se-torna-referencia-em-recuperacao-de-biomas/> (acessado em 23 de junho de 2025).
- [80] Ecofuturo, Parque das Neblinas é exemplo em regeneração natural assistida, Inst. Ecofuturo (2022). <http://www.ecofuturo.org.br/parque-das-neblinas-e-exemplo-em-regeneracao-natural-assistida/> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [81] ANRA, Aliança para a Regeneração Natural Assistida, Assist. Nat. Regen. Alliance ANRA (s.d.). <https://www.anralliance.org/portugues> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [82] L.F. Santos, Projetos de conservação florestal apostam em relação com produtores locais para se fortalecer. Governança dos projetos ajuda a manter Mata Atlântica e Floresta Amazônica em pé e a gerar renda para a população, Estadão O Estado São Paulo (2023). <https://www.estadao.com.br/economia/governanca/produtores-locais-relacao-conservacao-florestal-governanca/> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [83] UNEP-WCMC, IUCN (WCPA), Protected Planet; Protected areas (WDPA), Prot. Planet (s.d.). <https://www.protectedplanet.net/en/thematic-areas/wdpa> (acessado em 14 de agosto de 2025).
- [84] Brasil, Painel unidades de conservação brasileiras; Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), Minist. Meio Ambiente E Mudança Clima MMA (s.d.). <https://cnucc.mma.gov.br/powerbi> (acessado em 30 de junho de 2025).
- [85] G. Borrini-Feyerabend, N. Dudley, T. Jaeger, B. Lassen, N. Pathak Broome, A. Phillips, T. Sandwith, Governance of protected areas: From understanding to action, IUCN (International Union for Conservation of Nature), Gland, Switzerland, 2013. <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-020.pdf> (acessado em 9 de setembro de 2025).
- [86] A. Phillips, Management Guidelines for IUCN Category V Protected Areas Protected Landscapes/Seascapes, 2002. <https://doi.org/10.2305/iucn.ch.2002.pag.9.en>
- [87] C.C. Maretti, R. Lobo, O. Barassi Gajardo, Pacheco, De potencial a ação: omecs e conservação Inclusiva no Brasil; relatório nacional, WWF, Washington, DC, USA, 2025.
- [88] FF-ESP, A gestão das APAs do Estado de São Paulo: um olhar para os processos participativos, in: Gest. APAs Estado São Paulo Um Olhar Para Os Process. Particip., Fundação Florestal do Estado de São Paulo (FF-ESP), São Paulo, SP, Brasil; Internet, 2021. <https://www.youtube.com/live/s83WOvaZPec> (acessado em 12 de janeiro de 2025).
- [89] C.C. Maretti, Áreas protegidas, APAs e sistemas municipais, in: Curso Nivelamento E Aprimoramento Cons. Gestor Área Prot. Ambient. Camp. Congeapa, Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2021. <https://bit.ly/3N3uNs5> (acessado em 1 de junho de 2022).
- [90] M. de A. Marinho, L. Longo, APAs: territórios de conflitos, cooperação e ecocidadania. (Seminário-aula, em 11 jun. 2021 e continuação.), in: Conserv. Colab. Em Áreas Protegidas E Conserv. Play., In: Maretti, Cláudio C.; Furlan, Sueli Angelo; Irving, Marta de A. Conservação colaborativa em áreas protegidas: um novo paradigma de gestão? (Curso de extensão, de 24 de maio a 25 de junho de 2021. Universidade de Sao Paulo - USP, FFLCH, Depto. Geografia, Grupo de Estudos sobre Conservação Colaborativa e Áreas Protegidas e Conservadas - Geccap), São Paulo, SP, Brasil; Internet, 2021. <https://www.youtube.com/live/Nt1mt5HvObY> (acessado em 5 de setembro de 2024).

-
- [91] Área de Proteção Ambiental: a categoria V da IUCN (Protected Landscape/Seascape), YouTube (Lemas UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2025. https://www.youtube.com/watch?v=_2a6rNIRpEI (acessado em Novembro 18, 2025).
- [92] UNESCO, Discovery Coast Atlantic Forest Reserves, U. N. Educ. Sci. Cult. Organ. UNESCO World Herit. Cent. (s.d.). <https://whc.unesco.org/en/list/892/> (acessado em 30 de maio de 2025).
- [93] Brasil, Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), Minist. Relações Exteriores MRE (2025). <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/brasil-unesco/convencoes-da-unesco-sobre-cultura-ratificadas-pelo-brasil/convencao-para-a-protecao-do-patrimonio-mundial-cultural-e-natural-1972> (acessado em 1 de junho de 2025).
- [94] CBD, Decision 8, CBD CoP 14; Protected areas and other effective area-based conservation measures. (CBD/COP/DEC/14/8, 30 Nov. 2018.), (2018) 1–19. <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-14/cop-14-dec-08-en.pdf> (acessado em 2 de February de 2024).
- [95] TNC Brasil, OMECs no Brasil; estratégias e diretrizes para implementação; resumo executivo, TNC-Brasil, Brasília, DF, Brasil, 2023. <https://bit.ly/3Y9fXGJ> (acessado em 26 de julho de 2023).
- [96] Brasil, Subsídios para Regulamentação Nacional de Medidas Efetivas Complementares de Conservação (MECCs); relatório da oficina de trabalho, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio). (Oficina realizada em 11 e 12 jun. 2024, Brasília), Brasília, DF, Brasil, 2024. <https://bit.ly/4axeK2i> (acessado em 24 de Janeiro de 2025).
- [97] Brasil, Medidas efetivas complementares de conservação [MECCs] (Documento-base, v2; 06 jun. 2024), Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA), Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio), Brasília, DF, Brasil, 2024.
- [98] IUCN, IUCN Green List of Protected and Conserved Areas, IUCN Green List (s.d.). <https://iucngreenlist.org/> (acessado em 14 de Agosto de 2025).
- [99] UNEP-WCMC, IUCN (WCPA), Protected Planet; Other effective area-based conservation measures (WD-OECM), Prot. Planet (s.d.). <https://www.protectedplanet.net/en/thematic-areas/oecms> (acessado em 14 de agosto de 2025).
- [100] P. Solano, R. De la Maza, Áreas bajo protección privada en Latinoamérica, in: Inf. Planeta Vivo 2020, 2021: pp. 94–100.
- [101] Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), GEF Áreas Privadas; integrando paisagens, povos e águas no Brasil, (s.d.). <https://gefareasprivadas.com.br/> (acessado em 18 de novembro de 2025).
- [102] Suzano, Ecofuturo, Suzano SA (s.d.). <https://www.suzano.com.br/sustentabilidade/planeta/meio-ambiente-e-biodiversidade/ecofuturo> (acessado em 22 de junho de 2025).
- [103] CBD, Decision 4, CBD CoP 15; Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. (CBD/COP/DEC/15/4, 19 Dec. 2022.), (2022) 1–15. <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-15/cop-15-dec-04-en.pdf> (acessado em 2 de fevereiro de 2024).
- [104] Brasil, Resolução Conabio nº 09, de 28 de novembro de 2024. Dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2030., 2024. <https://www.in.gov.br/web/dou/->

[/resolucao-conabio-n-9-de-28-de-novembro-de-2024-613697262](#) (acessado em 13 de março de 2025).



© 2025 WWF. Todos os direitos reservados pelo World Wildlife Fund, Inc.
WWF® e o símbolo do panda ©1986 são propriedade do WWF.
Todos os direitos reservados.